

Sarney governa e Ulysses conduz

Ricardo Noblat

A experiência sugere cautela no exame da recém-anunciada disposição do presidente José Sarney de deixar única e exclusivamente a cargo da Constituinte o destino do mandato que ele desejaria que fosse de cinco anos. Em maio de 1985, menos de um mês após a morte do presidente Tancredo Neves, Sarney proclamou sua intenção de governar quatro anos — embora reconhecesse que caberia à Constituinte qualquer decisão a respeito. Em maio último, Sarney ocupou uma cadeira de rádio e televisão para comunicar ao país que ficaria cinco anos no poder.

O mesmo Sarney que começou a semana passada se sentindo traído pelo PMDB e prometendo incentivar a formação de um grupo suprapartidário para sustentar seu governo, encerrou-a admitindo que pouco lhe importa se a Constituinte fixar o mandato em três, quatro ou cinco anos. Disse que não barganhará apoios para poder permanecer mais tempo no Palácio do Planalto. Acha que cumpriu com sua obrigação de estipular o mandato, ao seu ver ideal para conduzir a transição do autoritarismo para a democracia. Quer, agora, dedicar-se a outras questões mais urgentes.

A ser amadurecida a posição que agora assume e firme a intenção de não revogá-la nos próximos meses, dias ou horas, Sarney terá sido vítima, finalmente, de uma crise de lucidez. Só mesmo a Constituinte, que ele convocou jurando respeitar sua soberania, tem legitimidade para decidir a extensão do atual mandato presidencial. De resto, além de moralmente desaconselhável, a política da caneta que distribui favores tem limites, o mandato original da transição é de quatro anos e para essa direção convergem os fatores que dão vida ao processo que ora se desenrola.

Sabe o presidente, e o admite em conversas íntimas, que a divisão irremediável do PMDB seria absolutamente indispensável para que ele pudesse ter assegurados os cinco anos de mandato que tanto gostaria de obter. Por isso, Sarney autorizou seu líder na Câmara Federal, deputado Carlos Sant'Anna, a apostar no confronto que quase ocorreu durante a convenção do partido. Se não tivesse recuado da aposta e mesmo que, em troca, a maioria do PMDB lhe tivesse conferido um mandato de quatro anos, Sarney teria provocado o racha que perseguia, ou que ainda persegue.

De posse de um pedaço do PMDB, tem tempo suficiente para somá-lo a outras forças políticas e para tentar garantir, em novembro, um pronunciamento da Constituinte favorável ao mandato de cinco anos.

O recuo na aposta serviu para reforçar a liderança do deputado Ulysses Guimarães, desanimar a fatia do PMDB solidária com as intenções e os objetivos do presidente — e, de quebra, sublinhar, uma vez mais, a condição de Sarney de prisioneiro de um partido que diz apoiá-lo mas que atua de modo a poder abandoná-lo de uma hora para outra, se julgar necessário.

A convenção do PMDB, registrada nas crônicas como aquela que se reuniu para nada decidir, decidiu mais coisas do que se supõe. Decidiu, por exemplo, não cair na armadilha da divisão que Sarney, de última hora, lhe empurrou no caminho com a ajuda inicial da esquerda do partido. Decidiu, também, que não tinha sentido estabelecer uma diretriz partidária sobre mandato e regime político para ser respeitada pelos representantes do PMDB no âmbito da Constituinte. E porque assim deliberou, deixou-o sem compromisso algum para com o desejo do presidente de honra do partido de governar por cinco anos.

No mínimo é relativa, se não for inteiramente falsa, a suposição de que um eventual sucesso do plano econômico do ministro Bresser Pereira aumentará as chances de Sarney ganhar o mandato de cinco anos. O insucesso, naturalmente, resultaria no esgotamento das atuais ralas condições de governabilidade que o presidente ainda reúne — e apressaria, como admite com razão o governador Moreira Franco, uma eleição que só deverá ocorrer em novembro do próximo ano. O êxito do plano Bresser animará o PMDB a disputar, fortalecido, a sucessão de Sarney em 1988.

O deputado Ulysses Guimarães parece ter descoberto, afinal, que a sorte do seu partido nas urnas e a realização do seu projeto pessoal de governar o país passam hoje, necessariamente, pelos resultados da gestão econômica. A declaração do ministro do Exército, favorável à manutenção do presidencialismo como o mais adequado regime político para o Brasil, também favorece a eleição do sucessor de Sarney no próximo ano. Essa, certamente, não foi a intenção do ministro, que refletiu uma preocupação do Estado-Maior das Forças Armadas.

Mas, na medida em que contribui para desestimular os adeptos de um parlamentarismo de ocasião; serve para tornar pouco provável a hipótese de o PMDB conceder cinco anos de mandato para Sarney mesmo com os poderes que ele atualmente detém mitigados.

O PMDB não se conforma de ter lutado durante mais de 20 anos para alcançar o poder e, ao cabo, ter de sustentar ali um adversário da véspera. Sarney não é da turma de Ulysses. Poderá, até, ficar cinco anos no cargo se o PMDB, a tempo e a hora, achar que isso é o que mais convém a seus interesses.

Sarney governa mas é Ulysses quem conduz o processo até agora.